

Relato de experiência

Da vivência à síntese: relato de oficina sobre banheiros públicos e pessoas transgênero**De la vivencia a la síntesis: relato de taller sobre baños públicos y personas transgénero****From lived experience to synthesis: workshop report on public restrooms and transgender people**Tatiana Chama Borges Luz 

Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, Fiocruz Brasília, Diretoria Regional de Brasília, Escola de Governo, Jacarandá – Núcleo de Educação e Humanidades em Saúde (Brasília), Distrito Federal, Brasil. tatiana.luz@fiocruz.br

RESUMO | INTRODUÇÃO: O acesso aos banheiros públicos por pessoas transgênero é marcado por constrangimentos, exclusões e violações de direitos humanos. **OBJETIVO:** Analisar criticamente a experiência didático-pedagógica de uma oficina acadêmica, temática e estruturada, sobre o uso de banheiros públicos por pessoas transgênero. **MÉTODO:** Trata-se de um relato de experiência desenvolvido em oficina acadêmica com estudantes de Psicologia, destacando as lições aprendidas e recomendações de aplicação. A sistematização dos resultados baseou-se em registros operacionais e no diário de campo. **RESULTADOS:** A oficina se mostrou uma estratégia formativa potente, com adesão e execução satisfatórias. As lições aprendidas incluem a potência dos dispositivos visuais para apresentação de sentidos e articulação de ideias; a necessidade de mediação afetiva e escuta para sustentar possíveis dilemas; ajustes de tempo e de algumas perguntas norteadoras para aprimorar o debate. **CONCLUSÃO:** A oficina mostrou-se estratégia didático-pedagógica capaz de estimular escuta, diálogo e reflexão crítica, com potencial de aplicação em diferentes contextos a um baixo custo.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade de Gênero. Representação Social. Preconceito. Atividade Pedagógica.

RESUMEN | INTRODUCCIÓN: El acceso de las personas trans a los baños públicos está marcado por situaciones de vergüenza, exclusión y violaciones de derechos. **OBJETIVOS:** Analizar críticamente la experiencia didáctico-pedagógica de un taller académico, temático y estructurado, sobre el uso de baños públicos por personas trans. **MÉTODOS:** Relato de experiencia desarrollado a partir de un taller académico con estudiantes de Psicología, destacando las lecciones aprendidas y recomendaciones de aplicación. La sistematización de los resultados se basó en registros operativos y en un diario de campo reflexivo. **RESULTADOS:** El taller se mostró como una estrategia formativa potente, con buena adhesión y ejecución satisfactorias. Las lecciones aprendidas incluyen la eficacia de los dispositivos visuales para visibilizar sentidos y articular ideas; la necesidad de mediación afectiva y escucha atenta para sostener posibles dilemas; y ajustes de tiempo y de algunas preguntas orientadoras para mejorar el debate. **CONCLUSIÓN:** El taller se configuró como una estrategia didáctico-pedagógica capaz de estimular la escucha, el diálogo y la reflexión crítica, con potencial de aplicación en distintos contextos y a bajo costo.

PALABRAS CLAVE: Identidad Sexual. Representación Social. Prejuicio. Actividad Pedagógica.

ABSTRACT | INTRODUCTION: Access to public restrooms by transgender people is marked by constraints, exclusion, and rights violations. **PURPOSE:** To critically analyze the pedagogical experience of a thematic, structured academic workshop on the use of public restrooms by transgender people. **METHODS:** Experience report developed from an academic workshop with Psychology undergraduates, highlighting lessons learned and recommendations for application. The systematization of results was based on operational records and a reflective field diary. **RESULTS:** The workshop proved to be a powerful formative strategy, with strong engagement and satisfactory implementation. Lessons learned include the effectiveness of visual tools for making meanings visible and linking ideas; the need for affective mediation and attentive listening to sustain potential dilemmas; and time adjustments plus refinement of certain guiding questions to improve the debate. **CONCLUSION:** The workshop functioned as a pedagogical strategy capable of fostering listening dialogue and critical reflection, with potential for application across different contexts at low cost.

KEYWORDS: Gender Identity. Social Representation. Prejudice. Educational Activity.

Introdução

Este trabalho tem como ponto de partida a relevância social e a urgência do debate sobre os direitos de inclusão de pessoas identificadas como pessoas transgênero ou não binárias no Brasil. No país, o número estimado de pessoas identificadas como pessoas trans é de aproximadamente 3 milhões de pessoas, o que corresponde a cerca de 2% da população (Spizzirri et al., 2021). Apesar de alguns avanços no campo dos direitos jurídicos, como por exemplo, o direito à alteração de nome e gênero em documentos sem necessidade de cirurgia (Supremo Tribunal Federal [STF], 2014) e o reconhecimento do nome social em ambientes públicos e privados (Decreto nº 8.727, 2016), muitos desafios persistem. Entre 2008 e 2024, por exemplo, foram assassinadas 2.133 pessoas trans, sendo que dessas, 97% por transfeminicídio (Benevides, 2025).

Na literatura científica, há um acúmulo consistente de evidências sobre violências e discriminações sofridas por pessoas trans, abrangendo diversos contextos sociais como os sistemas de saúde, escolar, os meios de transporte e os espaços públicos (Mello et al., 2024; Leal et al., 2024; Magno et al., 2024, Melo et al., 2023). Dentre os maiores desafios relacionados ao uso de espaços públicos pelas pessoas trans, o acesso aos banheiros se destaca como uma das questões mais críticas, marcadas por constrangimentos, exclusões e violações de direitos (Melo et al., 2023; Alves et al., 2021; Bagagli et al., 2021; Rodrigues et al., 2022). Para além da função estritamente sanitária – como espaço de destinação higiênica de excreções –, os banheiros têm se tornado, nos últimos anos, locais de disputa simbólica e política.

Tradicionalmente, os banheiros públicos no Brasil são resultado de uma reprodução naturalizada do binarismo de gênero, expressa por meio de layouts arquitetônicos e sinalizações que consideram exclusivamente o sexo atribuído no nascimento (Alves et al., 2021). Associados à essa arquitetura excludente, argumentos infundados sobre segurança têm sido mobilizados para justificar a vigilância e as restrições de acesso, o que contribui para a invisibilização e o silenciamento dos corpos de pessoas trans (Rodrigues et al., 2022; Alves et al., 2021; Bagagli et al., 2021).

Ainda que esses aspectos estejam sendo discutidos e ganhem cada vez mais visibilidade no debate público, os esforços empreendidos até agora têm se mostrado insuficientes para transformar a realidade social. Muito ainda precisa ser feito para enfrentar a desinformação e o preconceito, garantindo-se efetivamente os direitos das pessoas trans. Assim, para que avanços concretos ocorram, é importante que o debate seja ampliado, incluindo espaços formativos como as universidades. Inserido neste contexto, a formação de futuros psicólogos necessita promover o aprimoramento de condutas e a construção de competências profissionais que reconheçam e que contribuam para o enfrentamento dos desafios vivenciados por essa população no acesso a banheiros públicos.

Este trabalho apresenta uma reflexão teórico-prática fundamentada no planejamento, na realização e na análise de uma oficina acadêmica com estudantes de Psicologia intitulada “Teias Visíveis e Invisíveis: Gênero e Direito ao Espaço Público”. O formato de oficina foi escolhido por ser um trabalho estruturado com grupos, focado em uma questão central que o grupo se propõe a elaborar dentro de um determinado contexto social (Afonso, 2006). É, ainda, uma estratégia que permite a troca dialógica e co-construção de conhecimentos e sentidos, sendo uma

abordagem centrada nos participantes com base no tripé “sentir-pensar-agir” (Joaquim & Camargo, 2020; Paviani & Fontana, 2009). Dessa forma, por favorecer a autonomia, o diálogo e a problematização das questões, a oficina viabiliza aos participantes a articulação de conceitos, pressupostos e noções com ações concretas, bem como as vivências em equipe, com produção participativa de saberes e produção discursiva a partir de relações sociais cotidianas (Joaquim & Camargo, 2020; Paviani & Fontana, 2009).

Durante a condução da oficina foram previstas a produção de desenhos, o registro de palavras, símbolos ou expressões em papel e de falas espontâneas, de modo a permitir que os estudantes entrassem em contato, gradativamente, com as temáticas de interesse, expressando livremente suas visões, pensamentos, sentimentos, valores, significados e interpretações. Além disso, foi proposta a elaboração do “Quadro de Representações”, construído coletivamente para sistematizar as ideias e interpretações iniciais dos participantes sobre o tema central e, posteriormente, foi construída a “Teia de Representações”, definida como um conjunto articulado de ideias, símbolos, valores, significados e interpretações em torno de uma representação social de interesse (Félix et al., 2016), que, no caso, é o uso de banheiros públicos por pessoas trans. Visualmente a teia se apresenta como uma rede simbólica que organiza o pensamento coletivo, emergindo e ganhando significado a partir da interação entre os participantes. A ênfase na construção de representações sociais se justifica por sua capacidade de promover o compartilhamento de conhecimentos, construídos ativamente por pessoas ou grupos para dar sentido à realidade, transformar o familiar e o não-familiar e permitir a construção de uma realidade comum. As representações servem, ainda, como guias de interpretação e organização da realidade, possuindo plasticidade na captação de fenômenos complexos (Félix et al., 2016).

Este relato de experiência (RE) se constitui como narrativa científica, articulando memória vivida e referenciais teóricos (Daltro & Faria, 2019). O enfoque analítico destaca o que foi aprendido, transformado e construído a partir da experiência didático-pedagógica da oficina.

Método

Trata-se de um relato de experiência (RE) didático-pedagógica, desenvolvido no contexto formativo da disciplina Psicologia de Grupos, do curso de graduação em Psicologia de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada em Belo Horizonte, Minas Gerais. A proposta surgiu como atividade prática voltada à aplicação dos conteúdos teóricos sobre dinâmicas grupais, tendo como foco o tema das relações entre gênero, diversidade e direito ao espaço público. Foi adotada uma perspectiva construcionista e crítico-dialógica (Joaquim & Camargo, 2020; Paviani & Fontana, 2009), compreendendo o conhecimento como produção coletiva de sentidos e emergente das interações entre os participantes. Essa concepção se articula aos pressupostos da Teoria de Representações Sociais, que reconhece o caráter social e simbólico da construção do conhecimento (Félix et al., 2016; Arruda, 2002).

Em termos operacionais, oficina, teve a duração de 60 minutos, foi realizada em sala de aula em junho de 2025 e contou com a participação direta de 21 estudantes, sendo que desses, seis atuaram na equipe de facilitadores e quinze participaram como integrantes da oficina. Os demais alunos matriculados na turma ($n=21$) permaneceram em sala na condição de observadores, com a função de realizar registros individuais, sem participar das discussões. Ressalta-se que o número de facilitadores envolvidos teve caráter exclusivamente didático, voltado à ampliação das oportunidades de participação dos discentes.

O campo da experiência foi constituído pela própria sala de aula, organizada em formato de U para permitir a visualização da lousa branca por todos os participantes. A autora participou ativamente de todas as etapas da experiência, desde o planejamento das atividades, passando pela facilitação até a sistematização e reflexão sobre a aprendizagem. Essa participação direta possibilitou um olhar implicado e reflexivo sobre o processo. Ressalta-se que durante a oficina foram realizados registros de observação e anotações pela autora, os quais foram utilizados como subsídio à sistematização desta experiência.

A interpretação reflexiva do percurso foi estruturada de acordo com as etapas de planejamento, desenvolvimento e fechamento, detalhando o grau de execução das atividades e as lições aprendidas a cada momento, complementadas pela análise do diário de campo produzido pela autora durante a oficina.

Considerações éticas

A oficina foi realizada como parte das atividades acadêmicas da disciplina Psicologia de Grupos, envolvendo estudantes regularmente matriculados no curso de graduação em Psicologia de uma IES privada. A fonte de dados utilizada é o diário de campo da autora e os documentos elaborados na etapa de planejamento da oficina, sem coleta ou reprodução de falas individuais. Por não envolver dados pessoais identificáveis e nem depoimentos de terceiros, não se aplica a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa conforme as normas vigentes. Com o intuito preservar o anonimato dos envolvidos, optou-se por não mencionar o nome da IES.

Resultados e discussão

A oficina foi planejada para execução em três momentos distintos, com duração total de 60 minutos, da seguinte forma: Momento 1, de Abertura e Acolhimento, com uma atividade e duração prevista de dez minutos; Momento 2, de Vivência Grupal, com cinco atividades e duração prevista de 40 minutos; e Momento 3, de Fechamento e Avaliação, com duas atividades e duração prevista de dez minutos.

De modo geral, a oficina foi de fácil execução, com custo bastante acessível, já que se apoiou apenas em material de papelaria de baixo custo e utilizando recursos de infraestrutura presentes na própria sala de aula, como a lousa branca e as cadeiras universitárias.

A lousa branca foi utilizada para registrar o Quadro de Representações e a Teia de Representações e as cadeiras foram dispostas em formato de U para permitir a visualização da lousa branca por todos os participantes.

Na prática, a duração da oficina foi ligeiramente superior aos 60 minutos inicialmente previstos. Dentre as oito atividades planejadas foi possível concluir cinco, duas foram executadas parcialmente e uma não pôde ser realizada. Destaca-se a importância de ampliar a duração da oficina para, no mínimo, uma hora e trinta minutos, sendo a duração ideal, de duas horas. Essa alteração permitiria a plena execução das atividades e o aprofundamento adequado das discussões, com garantias de mais espaço para a expressão individual e para as construções coletivas. Além disso, em aplicações futuras com base na mesma estratégia, a condução da oficina pode ser realizada, de forma eficiente, com uma equipe reduzida, composta por dois facilitadores. O número de participantes também pode ser reduzido para entre 8 e 10 pessoas, favorecendo maior dinamismo, interação e aprofundamento das discussões.

A seguir, cada momento da oficina foi analisado individualmente, por meio da comparação entre o planejado e o efetivamente executado. Buscou-se identificar as principais lições aprendidas, os ajustes realizados em tempo real e os aspectos a serem aprimorados em aplicação futura, quando cabível.

Momento de Abertura

O Momento de Abertura está detalhado na tabela 1. Esta etapa teve como objetivos específicos realizar o acolhimento dos participantes, permitir as apresentações individuais e sistematizar a finalidade e os passos da oficina. A atividade cumpriu a função de gerar engajamento imediato e criar um clima seguro para participação, alinhando as expectativas.

Tabela 1

Detalhamento das atividades do Momento de Abertura, grau de execução e lições aprendidas durante a oficina acadêmica

Atividade proposta e duração	Descrição-sumário	Grau de execução e lições aprendidas
Quebra-gelo, destinada às apresentações individuais Duração: 10 minutos	Cada participante preenche uma folha com seu nome e transcreve uma palavra que o representa o momento	Atividade realizada e bem aceita, com engajamento em ambiente leve e descontraído. Duração inferior ao tempo estimado. Recomenda-se reduzir o tempo para 5 minutos, em futuras aplicações

Momento de Vivência Grupal

A Vivência Grupal foi a etapa central da oficina, delineada para promover o aprofundamento das reflexões por meio de cinco atividades (Tabela 2). A primeira atividade foi destinada a promover uma aproximação inicial leve e acolhedora ao tema, explorando sentimentos e atitudes dos participantes em relação aos banheiros públicos. Com base nas anotações do diário de campo, percebe-se que o debate tendeu a gravitar em torno de três eixos: insalubridade e degradação dos banheiros públicos; locais estigmatizados e de repulsa social e banheiros como estruturas excludentes e limitadoras do acesso. As evidências da literatura brasileira, a partir de estudos com populações variadas (Moreira et al., 2022; Coswosk et al., 2019) também apontam para essas direções. Os banheiros públicos são componentes essenciais dos espaços urbanos, mas ainda não há, no país, uma lei ou regulamentação federal que obrigue a oferta de banheiros públicos em todos os locais (Moreira et al., 2022). Por outro lado, a Organização das Nações Unidas reconhece o direito humano à água e ao saneamento a partir de 2010 (UN, 2010) e, para orientar a efetivação e universalização desses direitos há um conjunto de critérios normativos que incluem, entre outros, a disponibilidade, a qualidade, a segurança e a aceitabilidade dos serviços, considerando as necessidades dos usuários em espaços públicos e/ou de uso coletivo fora dos domicílios, como é o caso dos banheiros públicos (Heller, 2019).

A despeito do reconhecimento internacional do direito ao saneamento, as lacunas normativas no contexto brasileiro ajudam a explicar a manutenção de percepções negativas em torno dos banheiros públicos, reforçando a necessidade de implementar medidas para aumentar o acesso seguro e digno a esses espaços.

A segunda atividade realizada teve foco na identificação das concepções iniciais do grupo sobre o uso de banheiros públicos por pessoas trans, estimulando a circulação ágil da palavra e o surgimento de diferentes perspectivas. Foi produzido, coletivamente, um Quadro de Representações, o qual operou como um mapa inicial dos sentidos mobilizados pelo grupo, tornando visíveis os sentidos em circulação sobre o tema. Foi realizado um agrupamento das representações por afinidade semântica, aproximando itens semelhantes e separando os distintos, com checagens rápidas com o grupo, para validação. A terceira atividade, teve como propósito a discussão de casos reais veiculados na mídia envolvendo pessoas impedidas de usarem banheiros públicos por serem ou parecerem pessoas trans (Araújo, 2025; G1 RN, 2022), de modo a favorecer o reconhecimento da transfobia no cotidiano. A quarta atividade teve como proposta aprofundar as reflexões sobre como as normas de gênero estruturam o acesso aos banheiros públicos, ampliando o debate sobre alternativas inclusivas. A quinta e última atividade teve como finalidade transformar as reflexões coletivas em uma representação visual compartilhada, por meio da construção da Teia de Representações, integrando as percepções individuais e as discussões desenvolvidas ao longo da oficina.

De modo mais específico, a partir da Teia de Representações e da leitura autorreflexiva registrada em diário de campo, compreende-se que o uso de banheiros públicos por pessoas trans envolve um debate complexo, atravessado por dimensões subjetivas, sociais e políticas. É possível organizar três dimensões interpretativas: “Emoções e Sentimentos”; “Corpo e identidade” e “Sociedade e Direitos Humanos”. O tema “Emoções e Sentimentos”, por exemplo, inclui reações emocionais individuais intensas diante da experiência ou percepção sobre o uso de

banheiros públicos por pessoas trans, como medo, tristeza, perigo, mas também revelando a presença de afetos ligados à resistência, como respeito, revolta e coragem. A observação dessa ambivalência revela uma tendência de adoção dissidente da lógica cisheteronormativa (Magno et al., 2024; Melo et al., 2023, Rodrigues et al., 2022; Alves et al., 2021), ou seja, ao mesmo tempo em que a dimensão subjetiva de insegurança e hostilidade pode emergir, os banheiros públicos também podem ser vistos como territórios de resistência. Assim, ao lado do reconhecimento da vulnerabilidade das pessoas trans nesses espaços, percebe-se uma mobilização associada ao enfrentamento e à reivindicação de direitos. Já a dimensão “Corpo e Identidade” associa os banheiros públicos a espaços de tensão, questionamento e rejeição às pessoas trans, o que reforça o entendimento de que esses locais transcendem à função fisiológica, atuando como território de negação social da identidade de gênero (Melo et al., 2023; Alves et al., 2021; Bagagli et al., 2021; Rodrigues et al., 2022).

Por fim, a dimensão “Sociedade e Direitos Humanos” amplia ainda mais o debate, evidenciando os banheiros como campos simbólicos de confronto de direitos, normas e discursos. Esses espaços são associados à exclusão social das pessoas trans, violência e conflito. Por outro lado, também ocorre a existência de imaginários alternativos, como banheiros unissex, inclusão e representatividade que visam tomar esses espaços mais acolhedores e justos.

Tabela 2

Detalhamento das atividades do Momento de Vivência Grupal, grau de execução e lições aprendidas durante a oficina acadêmica

Atividades propostas e duração	Descrição-sumário	Grau de execução e lições aprendidas
Sensibilização inicial para o tema Duração: 5 minutos	Pergunta geradora: “Qual é a primeira imagem, sensação ou sentimento que vem à mente quando vocês pensam em banheiro público?” Participantes desenham ou registram palavra / imagem / símbolo em folha e compartilham, com o grupo	Atividade realizada, divertida e com boa aceitação. O perfil comunicativo e participativo do grupo exigiu mais tempo do que o previsto. Recomenda-se ampliar a duração para 10 minutos em aplicações futuras
Levantamento de representações Duração: 10 minutos	Pergunta geradora: “Agora, focando no tema do uso de banheiros públicos por pessoas trans, que palavras, sentimentos ou desafios vêm à mente quando vocês pensam nessa questão?” Falas são anotadas na lousa branca compondo o Quadro de Representações, com as percepções iniciais do grupo	Atividade realizada. O Quadro de Representações favoreceu o engajamento. Alguns participantes tiveram certa dificuldade em “traduzir” sentimentos e percepções e, nesses casos, foram propostas representações substitutas, validando-se com o falante de forma a preservar o sentido original. Recomenda-se ampliar a duração para, ao menos, 15 minutos em futuras aplicações
Discussão de casos veiculados na mídia Duração: 5 minutos	Apresentação breve dos casos e circulação da palavra Caso 1 - Vereadora trans impedida de usar o banheiro: “Se até uma vereadora eleita foi impedida de usar o banheiro por ser uma mulher trans, o que isso revela sobre o respeito à identidade de gênero nos espaços públicos?” Caso 2 - Personal confundida com uma mulher trans: “O que esse caso nos mostra sobre os riscos de julgar alguém apenas pela aparência? Como o preconceito contra pessoas trans pode afetar a todas as pessoas?”	Atividade realizada. As falas se concentraram em expressões de indignação e revolta. Embora esse posicionamento revele empatia, o debate não estimulou a reflexão crítica sobre fatores sociais, culturais e institucionais que sustentam a exclusão de pessoas trans em espaços como banheiros públicos. Recomenda-se a reformulação das questões e ajustar o tempo para, no mínimo, 10 minutos em aplicações futuras
Circulação livre da palavra com reflexões sobre normas de gênero e inclusão em banheiros públicos Duração: 5 minutos	Perguntas geradoras: “O que vocês acham da existência de banheiros unissex?” “O que pensam sobre pessoas não binárias em banheiros binários (masculino ou feminino)” “Qual a opinião de vocês sobre pessoas trans usarem os banheiros conforme sua identidade de gênero?”	Atividade realizada, com respostas favoráveis ao direito ao uso de banheiros públicos conforme a identidade de gênero. A ausência de dilemas indica que as perguntas não estimularam a exploração suficiente de conflitos ou barreiras existentes. Recomenda-se a reformulação das perguntas e ajustar o tempo para, no mínimo, 10 minutos em futuras aplicações
Registro individual escrito e elaboração conjunta da Teia de Representações Duração: 15 minutos	Pergunta geradora: “Como vocês imaginam que é a experiência de estar em um banheiro público quando o seu corpo ou a sua identidade não correspondem ao que os outros esperam?” Cada participante registra desenho / símbolo / palavra em folha e compartilha com o grupo. A Teia de Representações é construída com base nas falas e nas atividades anteriores	Atividade parcialmente realizada. A etapa de registro individual foi adaptada, priorizando-se o compartilhamento oral de ideias, expressões, sentimentos. A Teia, embora tenha sido construída de forma conjunta, não pôde ser totalmente concluída devido ao tempo. Recomenda-se, para aplicação futura ajustar o tempo para, no mínimo, 30 minutos

Momento de Fechamento e Avaliação

O Momento de Fechamento e Avaliação está descrito na tabela 3 e correspondeu à etapa final da oficina, a qual teve duas atividades. A primeira teve o propósito promover uma síntese coletiva da oficina, oferecendo aos participantes a oportunidade de reflexão sobre os conteúdos abordados e as experiências vivenciadas. A segunda atividade, teve o objetivo de obter a avaliação do grupo quanto à oficina, permitindo a expressão de percepções, sentimentos e sugestões de forma geral.

Tabela 3

Detalhamento das atividades do Momento de Fechamento e Avaliação, grau de execução e lições aprendidas durante a oficina acadêmica

Atividades propostas e duração prevista	Descrição-sumário	Grau de execução e lições aprendidas
<p>Circulação livre da palavra com questões que favorecem a reflexão sobre a oficina</p> <p>Duração: 6 minutos</p>	<p>Perguntas geradoras: "O que essa dinâmica revelou sobre as expectativas sociais, os medos e as normas de gênero em relação ao uso dos banheiros públicos?"; "Como essa atividade ajuda a compreender melhor os desafios enfrentados por pessoas trans em relação a esses espaços e a importância da inclusão?"; "Que novas ideias ou sentimentos surgiram para vocês a partir desta troca?" e "Para encerramos, convidamos cada um a compartilhar uma palavra, sensação ou aprendizado que leva consigo desta dinâmica de hoje"</p>	<p>Atividade parcialmente realizada. Não foi possível aplicar integralmente todas as perguntas preparadas previamente, o que limitou o aprofundamento das reflexões. Ainda assim, os participantes puderam compartilhar suas impressões gerais, com destaque para o retorno positivo em relação à participação na oficina. Em oportunidades futuras, recomenda-se ajuste do tempo para, ao menos, 10 minutos</p>
<p>Atividade breve para que os participantes expressem suas impressões gerais sobre a oficina</p> <p>Duração: 4 minutos</p>	<p>Pergunta geradora: "Gostaríamos de saber o que foi legal e o que podemos melhorar"</p>	<p>Atividade não realizada devido ao tempo. Para futuras experiências, sugere-se ajustar todo o cronograma da oficina, reservando tempo adequado para aplicação das perguntas de feedback que podem demandar entre 5 e 10 minutos</p>

Considerações finais

Este relato converte uma vivência didático-pedagógica em narrativa analítica, articulando prática e referencial teórico para discutir o uso de banheiros públicos por pessoas trans como tema sensível, atravessado por dimensões subjetivas, sociais e políticas. A experiência mostrou a viabilidade da oficina como dispositivo formativo de baixo custo, capaz de promover diálogo qualificado e reflexão crítica.

Os banheiros públicos são espaços que permanecem marcados por incertezas, inseguranças e disputas simbólicas. Os argumentos que tentam justificar a exclusão de pessoas trans – ou daquelas que não se enquadram nas normas estabelecidas de feminilidade e masculinidade –, carecem de evidência e de respaldo empírico (Associação Nacional de Travestis e Transexuais [ANTRA], 2023). Já a negação do acesso e da permanência de pessoas trans nos banheiros públicos, por outro lado, estão fundamentados em uma divisão binária de gênero, historicamente e artificialmente construída, que reproduz a exclusão e reforça a marginalização de corpos e identidades dissidentes (Rodrigues et al., 2022; Alves et al., 2021; Bagagli et al., 2021).

A experiência evidenciou que discutir o uso de banheiros públicos por pessoas trans mobiliza dimensões subjetivas, sociais e políticas, demandando mediação cuidadosa, escuta ativa e gestão de afetos. Ao mesmo tempo que a discriminação de pessoas trans em banheiros públicos é reconhecida, o debate é ampliado, apontando para o desejo de mudanças, valorizando práticas de respeito e de inclusão.

Do ponto de vista pedagógico, é possível destacar a importância do planejamento cuidadoso e intencional, de modo a manter o foco e a profundidade das discussões, a adoção de dispositivos visuais como o quadro e a teia de representações, que mapeiam e tornam visíveis os sentidos, permitindo o relacionamento de ideias e elevando o debate do caso concreto aos princípios fundamentais de convivência e direitos humanos. Ressalta-se, por outro lado, que esse é um relato de experiência circunscrito a uma turma de Psicologia e com base em registros. Dessa forma, não há pretensão de generalização do debate. Ainda assim, experiências como a desta oficina contribuem para a sensibilização dos participantes, para a elaboração crítica de emoções e para a reconstrução de significados, favorecendo a construção de caminhos concretos para o enfrentamento de preconceitos e para a transformação social.

Conflitos de interesses

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas, etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística, etc.).

Indexadores

A Revista *Psicologia, Diversidade e Saúde* é indexada no [DOAJ](#), [EBSCO](#), [Latindex - Catálogo 2.0](#) e [LILACS](#).



Referências

Afonso, M. L. M. (2006). *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. p. 9-61. Casa do Psicólogo.

Alves, C. E. R., Moreira, M. I. C. & Jayme, J. G. (2021). O binarismo de gênero nas placas de banheiros em espaços públicos. *Psicologia & Sociedade*, 33, e228122. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33228122>

Araújo, B. (27 de maio de 2025). *Personal confundida com trans é impedida de usar banheiro de academia em PE*. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/nordeste/pe/personal-confundida-com-trans-e-impedida-de-usar-banheiro-de-academia-em-pe/>

Arruda, A. (2002). Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos De Pesquisa*, 117, 127-147. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300007>

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). (2023). *Nota técnica sobre direitos humanos e o direito dos banheiros. Vencendo a narrativa do apartheid de gênero que impede as pessoas transgêneras do acesso à cidadania no uso dos banheiros e demais espaços segregados por gênero*. ANTRA. <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/08/nota-tecnica-wc-antra-final.pdf>

Bagagli, B. P., Chaves, T. V., & Fontana, M. G. Z. (2021). Trans Women and Public Restrooms: The Legal Discourse and Its Violence [Mulheres trans e banheiros públicos: o discurso legal e sua violência]. *Frontiers in Sociology*, 6, 652777. <https://doi.org/10.3389/fsoc.2021.652777>

Benevides, B. G., Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). (2025). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024*. ANTRA. <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>

Coswosk, E. D., Neves-Silva, P., Modena, C. M., & Heller, L. (2019). Having a toilet is not enough: the limitations in fulfilling the human rights to water and sanitation in a municipal school in Bahia, Brazil [Ter um banheiro não é suficiente: as limitações no cumprimento dos direitos humanos à água e ao saneamento em uma escola municipal na Bahia, Brasil]. *BMC Public Health*, 19, 137. <https://doi.org/10.1186/s12889-019-6469-y>

Daltro, M. R., & Faria, A. A. (2019). Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 223-237. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100013&lng=pt&tling=pt

Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. (2016). Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm

Félix, L. B., Andrade, D. A., Ribeiro, F. S., Correia, C. C. G. & Santos, M. F. S. (2016). O conceito de Sistemas de Representações Sociais na produção nacional e internacional: uma pesquisa bibliográfica. *Psicologia e Saber Social*, 5(2), 198-217. <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2016.20417>

- G1 RN. (20 de setembro de 2022). *Mulher trans é impedida de usar banheiro feminino em shopping de Natal*. <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/09/20/mulher-trans-e-impedida-de-usar-banheiro-feminino-em-shopping-de-natal.ghtml>
- Heller, L., United Nations (UN). Human Rights Council. (2019). *Human rights to water and sanitation in spheres of life beyond the household with an emphasis on public spaces: report of the Special Rapporteur on the Human Rights to Safe Drinking Water and Sanitation* [Direitos humanos à água e ao saneamento em esferas da vida além do domicílio, com ênfase nos espaços públicos: relatório da Relatora Especial sobre os Direitos Humanos à Água Potável Segura e ao Saneamento]. UN. <https://digitallibrary.un.org/record/3823889?v=pdf>
- Joaquim, F. F., & Camargo, M. R. R. M. (2020). Revisão Bibliográfica: Oficinas. *Educação em Revista*, 36, e218538. <https://doi.org/10.1590/0102-4698218538>
- Leal, G. C., Silva Júnior, J. N. B. S., Ferreira, Q. R., Ballesteros, J. G. A. & Palha, P. F. (2024). Institutional Violence Perpetrated against Transgender Individuals in Health Services: A Systematic Review of Qualitative Studies [Violência institucional perpetrada contra indivíduos transgênero nos serviços de saúde: uma revisão sistemática de estudos qualitativos]. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 21(8), 1106. <https://doi.org/10.3390/ijerph21081106>
- Magno, L., Leite, B. O., Sperandei, S., Pereira, M., Knauth, D. R., Leal, A. F., Veras, M. A. S. M., & Dourado, I. (2024). Discriminação por identidade de gênero entre mulheres trans e travestis no Brasil: uma análise de classes latentes e fatores associados. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 27(Suppl 1), e240012. <https://doi.org/10.1590/1980-549720240012.supl.1>
- Melo, R. A., Silva, A. L. G., Costa, D. R. R. S., Guimarães, M. C., Coqueiro, L. S. R., & Fernandes, F. E. C. V. (2023). Situações de vulnerabilidade vivenciadas por pessoas transexuais. *Revista Psicologia, Diversidade E Saúde*, 12, e5109. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2023.e5109>
- Mello, M. M. C., Moretti-Pires, R. O., & Signorelli, M. C. (2024). A percepção da violência por pessoas transvestigêneras no Brasil e suas implicações na atenção primária à saúde. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 33(esp1), e2024283. <https://doi.org/10.1590/S2237-96222024v33e2024283.especial.en>
- Moreira, F. D., Rezende, S., & Passos, F. (2022). Public toilets from the perspective of users: a case study in a public place, Brazil [Banheiros públicos na perspectiva dos usuários: um estudo de caso em um espaço público, Brasil]. *Journal of Water and Health*, 20(1), 41-53. <https://doi.org/10.2166/wh.2021.127>
- Paviani, N. M. S. & Fontana, N. M. (2009). Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. *CONJECTURA: Filosofia e Educação*, 14(2), 77-88. <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/16>
- Rodrigues, P. L. R., Santos, L. F., Santos, L. M. M., Silva, W. M., & Queiroz, I. S. (2022). Corpos em Disputa: Experiências de Travestis e Mulheres Trans no Acesso aos Banheiros Públicos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 22(4), 1458-1478. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.71746>
- Spizzirri, G., Eufrásio, R., Lima, M. C. P., Nunes, H. R. C., Kreukels, B. P. C., Steensma, T. D., & Abdo, C. H. N. (2021). Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil [Proporção de pessoas identificadas como transgênero e de gênero não binário no Brasil]. *Scientific Reports*, 11(1), 2240. <https://doi.org/10.1038/s41598-021-81411-4>
- Supremo Tribunal Federal (STF). (11 de setembro de 2014). *Repercussão Geral no Recurso Extraordinário nº 670.422 Rio Grande do Sul*. STF. <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/11172/1/RecursoExtraordinario670422.pdf>
- United Nations (UN). (2010). *The human right to water and sanitation* [O direito humano à água e ao Saneamento]. UN. <https://undocs.org/A/RES/64/292>